

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

#### 7ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Goulto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Léo Guimarães Sotomaior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

# **4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura** **Ata da 159.ª Sessão (Extraordinária)** **Realizada em 19 de Setembro de 1974 (Quinta-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Rosário Pitelli e Secretariada pelos Senhores Deputados Domicio Scaramella e Basilio Zanusso.

As 9.00 horas é registrada a presença dos Senhores Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Frust — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Senhores Deputados: João Mansur — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Arizone Araújo — Borsari Neto — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Paulo Poli e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
 Passa-se à

**ORDEM DO DIA.**  
 Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 158-74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando o Desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 24, às 14.00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**  
 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33-72.

Levanta-se a Sessão.

# **4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura** **Ata da 160.ª Sessão Ordinária** **Realizada em 19 de Setembro de 1974 (Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Iris Caldart.

As 10.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Frust — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Arizone Araújo — Borsari Neto — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Paulo Poli e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE:**

**MENSAGEM:**

**MENSAGEM — 57-74**

Curitiba, 9 de setembro de 1974.  
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Públicas e as Prefeituras Municipais de Altônia, Indianópolis, Ivaiporã, Jaboti, Loanda, Mandaguá, Medianeira, Mirador, Quêrência do Norte, Santo Antônio do Caia e Senegés, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA**

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Altônia.

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lurkmoos de Christo; e a Prefeitura Municipal de Altônia, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(is) n.º(s) 025-73, de 08-8-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Antônio Perin, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 5.989-73-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor**

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Altônia, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)-D.E.O.E. n.º(s) 5.787 (01) e 5.778 (02) a 04; e da(s) Especificação(ões)-D.E.O.E. n.º(s) 26-73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m<sup>2</sup> (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto-D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações-D.E.O.E. n.ºs 27 e 28-71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimado da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

## **CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra**

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 5.075 no Livro 3-F de Transcrição das Transmissões do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xambê, terreno, esse constituído da data de terras n.º 1 (um), da Quadra Urbana n.º 57 (cinquenta e sete) da cidade de Altônia, com a área de 448,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e oito metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvado ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvado ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vinculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

## **CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra**

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimado determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em..... o empenho de verba n.º 10-74, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e os vigas de baldrame (Cr\$ 6.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 8.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura a funilaria e as lages (Cr\$ 8.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 8.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 8.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.000,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado.

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado.

Antônio Perin — Prefeito Municipal de Altônia.

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Indianópolis.

Aos 03 (oito) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretária da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Excmo. Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Excmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Indianópolis, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipais(s) n.º(s) 28-73 de 22-8-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, José Borges Gonçalves, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 6.474-73-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Indianópolis, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)-D.E.O.E. n.º(s) 5.545 e da(s) Especificação(ões)-D.E.O.E. n.º(s) 11-70.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 98,15 m<sup>2</sup> (noventa e oito metros e treze decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto-D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações-D.E.O.E. n.ºs 27 e 28-71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimado da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 10.314 no Livro 3-F de Transcrições das Transmissões do Registro de Imóveis — 1.º Ofício da Comarca de Cianorte, deste Estado, terreno esse constituído da data de terras n.º 10 (dez) da Quadra Urbana n.º 102 (cento e dois) da cidade de Indianópolis, com a área de 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 100 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente

habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentas de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em ..... o empenho de verba n.º 14-74, no valor de Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 5.250,00).

3.2.2 — 30% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 7.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 7.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 7.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 7.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 1.750,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste con-

vênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado.

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado.

José Borges Gonçalves — Prefeito Municipal de Indianópolis.

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORA

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Ivaiporã.

Aos 06 (seis) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Ivaiporã, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 203-73 e 204-73, de 28-9-73 e 16-10-73 — daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Adail Bolívar Rother, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 7.368-73-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Ivaiporã, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)-D.E.O.E. n.º(s) 5-776 (01 a 04) e da(s) Especificação(ões)-D.E.O.E. n.º(s) 25-73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (6), área global de 491,36 m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e um metros e trinta e oito decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto-D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações-D.E.O.E. n.ºs. 27 e 28-71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 276.000,00 (duzentos e setenta mil cruzeiros).

#### CLAUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de compra e venda transcrita sob n.º 20.376 no Livro 3-T de Transcrição das Transmissões do Registro Geral de Imóveis do Comarca de Ivaiporã, terreno esse constituído das datas de terras n.ºs. 6 (seis) e 7 (sete) da Quadra Urbana n.º 134 (cento e trinta e quatro) da cidade de Ivaiporã, com a área global de 937,50 m<sup>2</sup> (novecentos e trinta e sete metros e cinqüenta decímetros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinqüenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da

Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13.6.73, tendo sido, quanto a esta, extraído em ..... o empenho de verba n.º 23-74, no valor de Cr\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 20.250,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 27.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a fundação e as lajes (Cr\$ 27.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 27.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 27.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 6.750,00).

#### CLAUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLAUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLAUSULA SETIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

#### CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes, este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

Adail Bolívar Rother — Prefeito Municipal de Ivaiporã

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Jaboti.

Aos 06 (seis) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Jaboti, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 98-73, de 29-9-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal João Juvenino de Siqueira, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 5.373-73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Jaboti, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.545 e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 11-70.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 90,13 m<sup>2</sup> (noventa e oito metros e treze decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos neces-

sários tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs. 21 e 28-71) acessos e passeios ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimado da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura de compra e venda transcrita sob n.º 25.037 no Livro 3-Q de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Tomazina, deste Estado, terreno esse constituído de lote situado no perímetro urbano da cidade de Jaboti, com a área de 907,50 m<sup>2</sup> (novecentos e sete metros e cinquenta decímetros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica; ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja, com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou conseqüente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimado determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102 de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta extraído em ..... o empenho de verba n.º 13-74, no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 4.500,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 6.000,00).

3.2.3 — 30% (trinta por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a fumaçeira e as lajes (Cr\$ 8.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 8.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 6.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 1.500,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciamento do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre

as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação, ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Dos casos omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Fortes — Secretário da Segurança Pública do Estado  
Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

João Juvenino de Siqueira — Prefeito Municipal de Jaboti

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

Termo de Convênio entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Loanda, como abaixo se declara:

Aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Excmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Fortes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Excmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Loanda — consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(is) n.º(s) 38-73, de 14-10-73 — daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Francisco de Assis Pinheiro, celebraram o presente convênio, à vista do vencido nos processos de protocolos n.ºs 5.869/73—D.E.O.E. e n.º 6.035/73—D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a ampliação do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia da sede do Município de Loanda, deste Estado, de acordo com a ordenação técnica constante do Projeto/D.E.O.E. n.º 5.156 (08) e da Especificação/D.E.O.E. n.º 33-73.

1.1.1 — A ampliação será térrea, em alvenaria de tijolos estruturada em concreto armado, perfazendo uma área global de 80,85 m<sup>2</sup> (oitenta metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), distribuída em três celas, refeitório, cozinha, depósito, circulação e sanitários.

1.2 — O valor estimado da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias.

2.1.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica; ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.1.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja, com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.1.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.2 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou conseqüente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.3 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projeto e especificação, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando a primeira com Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) e a segunda com Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).



3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s) e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUN-RESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13.6.73), tendo sido, quanto a esta extraído em ..... o empenho de verba n.º 09-74 no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 6.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 8.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 8.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 8.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 8.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.000,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificação.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização das dependências ampliadas, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

Francisco de Assis Pinheiro — Prefeito Municipal de Loanda

Antônio Lopes Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil) a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Mandaguauçu.

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Mandaguauçu, cnsente autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 317-73, de 28-10-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal" representada pelo Sr. Prefeito Municipal Bonifácio Gomes Bonilha, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 7.012-73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Mandaguauçu, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 7.597 (01) e 5.776 (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26-73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (6), área global de 333,94 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e três metros e noventa e quatro decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs. 27 e 28-71) acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 130.000,00 (cento e noventa mil cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 4.203 no Livro 3/D de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguauçu, terreno esse constituído das datas de terras n.ºs. 24 (virte e quatro) e 25 (virte e cinco) da Quadra Urbana n.º 3 (três), situadas na Via Franchello, da cidade de Mandaguauçu, com a área global de 1.300,00 m<sup>2</sup> (um mil e trezentos metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento não obstante a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual ou ainda a empreiteira que, no curso da execução se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13.6.73), tendo sido quanto a esta extraído em ..... o empenho de verba n.º 17-74, no valor de Cr\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 14.250,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 19.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura a funilaria e as lages (Cr\$ 19.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 19.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 19.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 4.750,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SETIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado.

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado.

Bonifácio Gomes Bonilha — Prefeito Municipal de Mandaguai.

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Medianeira.

Aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominada "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Medianeira, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 026-73 de 11-3-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Luiz Bonatto, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 8.071-73-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Medianeira, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.785 (01) e 5.776 (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 28-73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção do prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 291,89 (duzentos e noventa e um metros e sessenta e nove decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muro: (Projeto)/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71, acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 383 no Livro n.º 3 de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira, terreno esse constituído dos lotes n.ºs 1 (um), 2 (dois) e 5 (cinco) da Quadra Urbana n.º 222 (duzentos e vinte e dois) da cidade de Medianeira, com a área global de 2.950,00 m<sup>2</sup> (dois mil, novecentos e cinquenta metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 110 (duzentos e dez) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvado ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas cor. 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.400, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em..... o empenho de verba n.º 18/74, no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 13.500,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas de cintas e as vergas (Cr\$ 18.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 18.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 18.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos e a pintura (Cr\$ 18.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 4.500,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SETIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado.

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado.

Luiz Bonatto — Prefeito Municipal de Medianeira.

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Mirador.

Aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominada "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Mirador, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 05-73; de 13.06.73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal José das Dores, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º ..... 5.588-73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

# CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Mirador, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.787 e 5.776 e da(s) Especificação (ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26-73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m<sup>2</sup> (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. nos 27 e 28-71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

# CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação lavrada no Livro 6, fls. 177 verso à 189 do Tabelionato de José Albuquerque Lima, da Comarca de Paraisópolis do Norte e transcrita sob n.º 3.322 no Livro 3-E de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Paraisópolis do Norte (Della dos Santos), constituído de duas datas de terras 9 e 10 da quadra 112 da área urbana da cidade de Mirador, com 1.047,00 m<sup>2</sup> (um mil e quarenta e sete metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

# CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 12-6-73), tendo sido, quanto a esta extraído em c. empenho de verba n.º 12.74 no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 6.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria, de tijolos, os pilares, as vigas as cintas e as vergas (Cr\$ 8.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação de telhado a cobertura, a funilaria e as lajes (Cr\$ 8.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 8.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 8.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.000,00).

# CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será visitada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efei-

to da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta dentro das finalidades de sua destinação.

# CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

# CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação, ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

# CLÁUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencendo-as estas, desde já o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

# CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

José das Dores — Prefeito Municipal de Mirador

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

Termo de Convênio entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Querência do Norte, como abaixo se declara:

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Querência do Norte — consoante autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 30-73, de 30-11-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Paulo Konrath, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 7.138/73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

# CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a ampliação do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia da sede do Município de Querência do Norte, deste Estado, de acordo com o Projeto/D.E.O.E. n.º 5.880 e a especificação/D.E.O.E. n.º 37-73.

1.1.1 — A ampliação será térrea, estruturada em concreto armado, perfazendo uma área de 35,87 m<sup>2</sup> (trinta e cinco metros e oitenta e sete decímetros quadrados) distribuída em duas celas, sala para o trânsito e circulação.

1.2 — O valor global da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 18.259,75 (dezoito mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e cinco centavos).

# CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

2.1.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.1.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.1 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.2 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.



2.3 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando a primeira com Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e a segunda com Cr\$ 8.259,75 (oito mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e cinco centavos).

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s) e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL — (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta extraído em o empenho de verba n.º 16-74 no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 3 (três) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando concluídas, na obra, as vigas de baldrame (Cr\$ 2.500,00).

3.2.2 — 50% (cinquenta por cento) quando concluída a cobertura (Cr\$ 5.000,00).

3.2.3 — 25% (vinte e cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.500,00).

#### CLAUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização das dependências ampliadas, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLAUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, conveniencionalmente, desde já, o Foro da Comarca do Curitiba para dirimir as questões que dela surgirem.

#### CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado  
Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

Paulo Konrath — Prefeito Municipal de Querência do Norte  
Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil  
Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUA

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiua.

As 08 (oito) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Excmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Excmo. Sr. Secretário de Estado Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiua, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(is) n.º(s) 261-73, de 07-11-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Arnaldo Rossato, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 7.13/73—D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Santo Antonio do Caiua, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 4.094 e do(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 6-63.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 90,50 m<sup>2</sup> (noventa metros e cinquenta decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs. 27 e 28-71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

#### CLAUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 4.864 no Livro 3-E de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná, deste Estado, terreno esse constituído da data de terras n.º 19 (dezenove) da Quadra Urbana n.º 26 (vinte e seis) da cidade de Santo Antonio do Caiua, com a área de 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de excluir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de a qualquer tempo vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s) e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta extraído em o empenho de verba n.º 11-74, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 6.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 8.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 8.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 8.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 8.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte Cr\$ 2.000,00);

#### CLAUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito de imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

**CLAUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa**

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

**CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio**

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras das obrigações assumidas neste instrumento.

**CLAUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro**

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencendo estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surjam.

**CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias**

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

Arnaldo Rossato — Prefeito Municipal de Santo Antonio do Caiuá

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS**

Termo de Convênio entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Sengés, como abaixo se declara:

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e quatro a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antonio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Sengés — enquanto autorizada outorgada pela Lei Municipal n.º 16/73, de 13 de dezembro de 1973 — daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Michel Dib, celebraram o presente convênio, à vista do vencido nos processos de protocolo n.º 6913/73-DEOE, mediante as cláusulas e condições que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor**

1.1 — O objeto do presente convênio é a ampliação do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia da sede do Município de Sengés, deste Estado, de acordo com a ordenação técnica constante do Projeto/D.E.O.E. n.º 4.094 e da Especificação/D.E.O.E. n.º

1.1.1 — A ampliação será térrea, em alvenaria de tijolos, estruturada em concreto armado, perfazendo uma área global de 85,30 m<sup>2</sup> (oitenta e cinco metros e trinta decímetros quadrados) (ampliada de 19,70 m<sup>2</sup> — dezenove metros e setenta decímetros quadrados), distribuída em duas (2) celas e abrigo.

1.2 — O valor estimado da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

**CLAUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra**

2.1 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias.

2.1.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.1.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que no curso da execução, se mostre por qualquer forma, deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.1.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.2 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.3 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições

para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificação, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

**CLAUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra**

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando a primeira com Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) e a segunda com Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos da verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409 de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em..... o empenho de verba n.º 15/74, no valor de Cr\$ 20.000,00.

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 3.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 4.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lajes (Cr\$ 4.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 4.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 4.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 1.000,00).

**CLAUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra**

4.1 — Após concluída, a obra será vista pela Comissão de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projeto e especificação.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito de imediata utilização das dependências ampliadas, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

**CLAUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa**

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

**CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio**

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

**CLAUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro**

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencendo estas, desde já, o foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surjam.

**CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias**

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio, serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado.

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

Michel Dib — Prefeito Municipal de Sengés.

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

**A Comissão de Constituição e Justiça.****OFÍCIOS:**

Sob o n.º 739/74, do Senhor Mário Penna Ehering, Presidente da Eletrobrás, prestando informações em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Maurício Fruet comunicando que a Constituição do Brasil já prevê uma compensação especial aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tiverem áreas de seu território inundadas para formar bacias de acumulação dos aproveitamentos hidrelétricos. — Ao conhecimento do Senhor Deputado Interessado.

Sob o n.º 324/74, da Senhora Luísa Bueno Gomm, Coordenadora Geral da Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais, comunicando aos Senhores Parlamentares desta Casa que, aquela Entidade recebeu a incumbência em ser distribuidora oficial para o Estado do Paraná dos Cartões de Natal do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, por esse motivo arredita no interesse desta Casa em colaborar na referida Campanha, adquirindo neste Natal os cartões que, pela sua qualidade e alta finalidade, sem dúvida, enaltecer a mensagem que os Parlamentares estiverem enviando. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 238/74, do Senhor Prof. Dino Zambenedetti, Presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná de Londrina, encaminhando No-

ta Oficial elaborada por aquela Associação e distribuída à imprensa, no sentido de que o magistério paranaense conheça a realidade e se concretize de suas responsabilidades. — Ao conhecimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa tem a grata satisfação de registrar em Plenário, a presença do Exmo. Sr. Prefeito de União da Vitória.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 161/73, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 200.000 00 (duzentos mil cruzeiros) para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 179/73, que concede Título de Cidadão Honorário, ao Senhor Paulo Pinheiro Schmidt. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 229/73, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor David Antônio da Silva Carneiro. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Romano Zanlorenzi. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei nrs. 161/73, 179/73 e 229/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que aquela autoridade determine providências para a colocação de um transformador e respectivo equipamento,

na localidade de Anta Gorda, nas proximidades da casa comercial do Sr. Marciano Ikiu, no Município de Porto Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Egrégio Tribunal Eleitoral do Estado, no sentido de que seja considerada a reivindicação da Câmara Municipal de Cascavel, quanto à fixação do número de Vereadores. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja conferido voto de aplauso ao Dr. Reinhold Stephanes, Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, no Rio de Janeiro, pela recondução do Dr. Sérgio Roberto Corrêa Alves, à Superintendência do INPS, no Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado Pedido de Informações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo passamento da jovem Maria do Rocio Pugliese. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinada a pronta conclusão da obra pelo DER, da estrada que liga Umuarama ao Distrito de Cafezal, ou, na impossibilidade de uma conclusão imediata, seja liberado o tráfego nessa rodovia. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão convocando outra para a próxima terça-feira, dia 24, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115/74;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 69/74, 72/74, 113/74;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/74;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 286/73, 88/74.

Levanta-se a Sessão.